

Vozes sociais na imprensa: a sociedade no noticiário político

Malena Rehbein Rodrigues

Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp/Uerj)

Antonio Teixeira de Barros

Doutor Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB)

Cristiane Brum Bernardes

Doutora em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp/Uerj)

Os três autores são jornalistas e docentes do Mestrado Profissional em Poder Legislativo do Centro de Formação (CEFOP) da Câmara dos Deputados

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar como se dá a inserção da sociedade no espaço de visibilidade representado pelos enquadramentos da mídia no plano noticioso. O objeto empírico para o estudo é o noticiário de política nacional, com o propósito de avaliar como a sociedade aparece neste espaço de visibilidade e de que forma o discurso desses agentes é usado pela imprensa. Com essa estratégia analítica, pretende-se verificar mais detalhadamente: (a) como se dá a voz de setores da sociedade no enquadramento noticioso; (b) em que fóruns os jornalistas que fazem a cobertura de política nacional recorrem às vozes da sociedade; (c) quais as fontes sociais às quais os

jornalistas recorrem com mais frequência; (d) em quais agendas/temas a sociedade é reconhecida pela mídia como agente político relevante; (e) qual o perfil dos agentes da sociedade civil que aparecem no noticiário político.

A opção por esse ângulo justifica-se pela relevância sociológica e política do tema para o estudo da relação entre mídia, política e sociedade, a fim de se compreender em que medida a sociedade pode ser reconhecida pelas instituições e seus atores, pela imprensa, ou seja: se há encontro entre *demos* e instituições sociais e vice-versa e se tal encontro resulta em diálogo com eficácia política para o debate na esfera pública.

O *corpus* de análise é formado por 1.768 matérias publicadas nos jornais *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, nos meses de maio de 1995, 2001, 2003 e 2005: alternadamente períodos de calma e crise dos dois principais governos pós-redemocratização no Brasil – respectivamente, os de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Com isso, busca-se minimizar vieses advindos de períodos específicos de crise ou não. Trata-se dos jornais diários de circulação nacional mais lidos e os que, segundo Kucinski (1998), formam a agenda jornalística nacional, amplificada pela força da televisão. Estes jornais são também os mais consultados por políticos, segundo pesquisa da FSB Comunicações – realizada em 2008 – com 246 dos 513 deputados. A pesquisa mostra que 84,7% leem a Folha, 48,6%; O Globo, e 32,9%; O Estado (Rodrigues, 2012). A mesma pesquisa demonstra que os deputados se informam mais por jornais lidos diariamente (70%). Outra pesquisa (Figueiredo e Limongi, 1996) mostra que – na opinião dos deputados federais – o grupo externo que tem mais influência na Câmara dos Deputados é a imprensa, visto que 82% acreditam que ela tem muita influência, enquanto 53% creem que o presidente da República tem muita influência

(portanto, quase 30 pontos percentuais a menos de poder que a imprensa). Somente 18% afirmam que a sociedade civil tem muita influência. Outra pesquisa, feita por Page, Shapiro e Dempsey (2007), revela a grande influência dos comentários de jornalistas e de especialistas em política veiculados pela imprensa.

Além dos dados aqui citados, a escolha dos jornais também se dá pela credibilidade socialmente atribuída a eles, considerados veículos de referência e que exercem um efeito farol na opinião pública. Os estudos sobre agendamento (Alsina, 1989; Fontcuberta, 1993; Gans, 2004; Neveu, 2006) apontam para a maior capacidade da mídia impressa de agendar discussões e ações políticas em longo prazo. Trata-se de uma herança ainda vigorosa das culturas de texto e das hierarquias socialmente construídas sobre os suportes escritos, em decorrência do prestígio da literatura e dos demais saberes letrados. Pesquisa do Instituto Ibope, realizada entre 1989 e 1997, mostra que a opinião pública brasileira confia mais nos jornais e nas emissoras de rádio do que nas redes de televisão, apesar de os índices destas últimas estarem subindo nos últimos anos (Jorge, 2003, p. 23). O mesmo instituto confirma o cenário de importância ao jornal impresso, em pesquisa feita em 2014 (PLANALTO, 2014), ao apontá-lo como o veículo de comunicação com maior confiabilidade (53% de seus usuários) – apesar do baixo índice de leitura no Brasil –, à frente do rádio (50%), da TV (49%), das revistas (40%) e da internet (28%).

O escopo teórico inclui ainda uma reflexão articulada sobre os conceitos de sociedade civil, esfera pública e visibilidade midiática. Além disso, a análise utiliza conceitos clássicos dos estudos de jornalismo para avaliar a relação entre jornalistas e fontes – ponto central para definição de quem (e quando) aparece na mídia. Nesse aspecto, alguns conceitos da

Sociologia das Práticas Sociais, proposta por Pierre Bourdieu, também ajudam na compreensão das relações entre os campos político e midiático, bem como de seus atores principais.

Pressupostos teórico-metodológicos que orientam a análise

Este item apresenta um traçado dos principais argumentos teóricos que servirão para guiar a análise empírica. Em primeiro lugar, destacam-se pressupostos reconhecidos para a compreensão dos efeitos da cobertura midiática na opinião pública em termos de percepção sobre o papel e a imagem das instituições sociais e de seus representantes. Esses pressupostos são originários dos variados campos das Ciências Sociais, com aplicações nos estudos de mídia. Entre eles, estão aqueles que examinam o modo operatório, ou seja: como os meios de comunicação agendam, selecionam e tematizam os assuntos políticos (Alsina, 1989; Cook, 1989; Hall, 1993; Neveu, 2006).

O conceito de campo social também ajuda na compreensão das relações entre política e mídia, conforme indicam análises de variados autores (Berger, 1996; Bernardes, 2013; Miguel, 2000; 2001; 2002; Pinto, 1993). Segundo a formulação de Bourdieu, o campo é uma “estrutura de relações de força simbólica” expressas, em dado momento histórico, por meio de “uma determinada hierarquia das áreas, das obras e das competências legítimas” (Bourdieu, 1987, p.118). Em obra mais recente, o autor apresentou a seguinte definição:

Aqui vai uma definição simples e conveniente do conceito de campo, mas, como todas as definições, muito insuficiente: um campo é um campo de forças dentro do qual os agentes ocupam posições que, estatisticamente, determinam as posições que eles tomam com relação ao campo, sendo estas tomadas de posição destinadas à conservação ou à transformação da estrutura de forças constitutiva do campo (Bourdieu, 2005, p.30).

Em análise recente da dinâmica política das mídias legislativas, Bernardes (2013) utilizou a formulação de Bourdieu e ressaltou o aspecto relacional do conceito de campo, lembrando que ele é o espaço de luta pela definição dos princípios legítimos de sua divisão. Isto é, o campo consiste em um espaço de relações entre as diferentes posições que o constituem e os pontos de vista sobre esse mesmo espaço (Bourdieu, 2006, p.150).

Constituindo relações de comunicação, os discursos político e jornalístico acabam virando sistemas simbólicos que competem com a ciência social na imposição de uma visão legítima do mundo (Bernardes, 2013, p.668). Conforme ressalta Bourdieu (2005, p.36), essa imposição consiste na definição dos princípios dominantes de visão e de divisão da realidade social. Em outras palavras: política e mídia disputam o poder simbólico de nomeação e classificação do mundo social, ou o estabelecimento dos critérios de legitimidade da ação social¹.

Com essa perspectiva em mente, passamos à análise das formas pelas quais a mídia interfere no jogo político, no próximo item.

A sociologia dos emissores e a centralidade da mídia

A política passou a ser um fenômeno de penetração difusa nas diversas esferas da sociedade e, assim, tem conseguido atingir o cidadão mesmo fora do âmbito político no sentido estrito, pois a mídia contribui para a inserção ampliada dos temas políticos nas relações sociais. Seu elevado potencial de sedução, calcado na lógica do poder simbólico (Bourdieu, 1989), em muito contribuiu para a reconfiguração dos fluxos e circuitos de informação nas sociedades metropolitanas. Complementam esse horizonte analítico os estudos que

explicam o fazer jornalístico e suas consequências da visão do público sobre os temas noticiados. Do ponto de vista socioantropológico, o jornalismo é entendido como “uma atividade que produz diariamente registros tomados como fonte de informação num sentido amplo e, principalmente, de marcação no sentido histórico” (Bergamo, 2011, p. 233). Isso implica afirmar que, como um fazer social e cultural, o jornalismo interfere na construção da memória e da identidade de grupos e de categoriais sociais (Matheus, 2010). Um exemplo são os estudos sociológicos que mostram como os *valores-notícia* influenciam a cobertura de determinados temas em detrimento de outros. Igualmente relevantes são as pesquisas que analisam os efeitos de curto e de longo prazo na construção da percepção e da memória do público (Traquina, 1993; Tuchman, 1993; Wolf, 1995).

Sob a ótica de análises com enquadramentos adotados pela sociologia da comunicação (Thompson, 1995; Wolton, 1994), a mediação em larga escala realizada pelos *media* facilita a integração do cidadão nas sociedades metropolitanas, mas apresenta o mundo político a partir de determinados enquadramentos e feixes de opinião que são previamente selecionados e passam por vários filtros, como a pauta, a edição e a montagem. Assim, o leitor de jornal torna-se um espectador da experiência política contemporânea, mas ele observa a cena política a partir de “um olho que não é seu”. O leitor torna-se, assim, um observador sem perspectiva própria (Duarte, 1996), pois a sua visão pessoal é dirigida para os enquadramentos noticiosos, as montagens editoriais e os feixes de opinião selecionados por outros atores sociais (os jornalistas)ⁱ. São esses *outros* que realizam uma série de operações simbólicas decorrentes da produção noticiosa, como a marcação dos registros temporais, a classificação e seleção dos temas, a hierarquização dos enquadramentos, a demarcação das

propriedades sociais dos fatos, a definição dos estatutos políticos dos acontecimentos e a qualificação do *status* dos agentes concernidos na articulação discursiva que caracteriza esse *mundo dos jornalistas* (Travancas, 1993) e suas diferentes formas de mediação que interferem na vida cotidiana e nos espaços de interação social no mundo vivido.

Apesar de sua relevância social e política, os *media* são reconhecidos como um “ponto cego” nos estudos sociológicos e políticos da atualidade (Miguel, 2000; Rocha, 2011; Wolton, 1994). Uma das explicações é que eles fazem parte da chamada indústria cultural, fruto do deslocamento do eixo cultural da Europa para os Estados Unidos, no contexto do pós-guerra com seus desdobramentos. Assim, os *media* passaram a ser vinculados a visões ambíguas, embora estas sejam associadas à decadência da alta cultura e à emergência e vulgarização de novas culturas pouco reconhecidas como operadoras dos sistemas de distinção social (Bourdieu, 1997). Considerados agências simbólicas de espetacularização do cotidiano, os *media* tornaram-se objeto de análises sociológicas pessimistas associadas à erosão do capital socialⁱⁱ (Putnam, 1973), além de acentuar as fissuras nas configurações sócio-históricas que valorizam a tradição como elo cultural dinâmico entre o passado e o futuro (Arendt, 2000).

Nesse contexto, convém destacar que os *media* noticiosos exercem essas funções como instituições que são, e não como simplesmente um abstrato “quarto poder”. Isso porque eles possuem atributos necessários para serem considerados como instituição, segundo as definições neoinstitucionalistas: padrões de comportamento e funcionamento comuns, rotinas produtivas e suposições vistas como naturais que sobrevivem para além do limite de espaço e tempo. Mais do que isso, os *media* são uma instituição que não só faz parte da política, mas também do ato

de governar, sem a qual os três poderes da República não conseguiriam funcionar (Cook, 1998, p. 2).

Esse argumento se coaduna com a perspectiva do jornalismo como sistema social perito (Miguel, 1999), que opera segundo a lógica do poder simbólico (Bourdieu, 1989), cujo capital é a credibilidade e a confiança do público. Com base nessa confiança, o cidadão tende a aderir às representações contidas no noticiário, como já previam os estudos sobre *agenda-setting* que concluíram que os *media* dizem à sociedade não só o que pensar, mas como pensar. A principal causa dessa eficácia está no poder simbólico do jornalismo, que se expressa na perícia e na expertise próprias desse campo para a construção de redes de significados entre os diferentes veículos de informação (*intermedia*), mediante a constituição de *pacotes interpretativos* que guiam a opinião pública e estimulam a deliberação coletiva e a inserção dos temas políticos nas relações sociais do cotidiano.

A esfera da visibilidade públicaⁱⁱⁱ e suas consequências nas dinâmicas sociais de discutibilidade coletiva (Gomes, 2008) reforçam o poder simbólico da mediatização, entendida como um processo social de referência no mundo contemporâneo, no sentido de que os processos sociais passam a se desenvolver (inteira ou parcialmente) segundo as *lógicas dos media*, como a política, o entretenimento e a aprendizagem (Braga, 2006; Schmidt, 2003). A mediatização é responsável pelo delineamento dos temas na agenda pública, do enquadramento e do ciclo de atenção dos temas (com maior ou menor tempo de permanência na agenda). Além disso, passa necessariamente pelo enquadramento dos *media* – que se tornaram fonte primordial de informação – grande parte do conhecimento e da experiência dos públicos no que se refere a assuntos de relevância social, política, econômica e

cultural. “Os media traduzem e formam as percepções que as pessoas não experimentam diretamente” (Schmidt, 2003, p.69).

Esfera civil e visibilidade midiática

Como o objeto empírico de análise deste artigo é o material jornalístico que incorpora vozes da sociedade civil no noticiário político, justifica-se uma breve abordagem sobre a noção de sociedade civil: conceito que ocupa um lugar privilegiado na teoria política moderna, com diversas vertentes, o que envolve uma extrema complexidade e polissemia para a apresentação de conceitos e definições unívocos^{iv}. De forma resumida, o percurso teórico pode ser identificado a partir da Filosofia Política, principalmente com as formulações de pensadores como Hobbes, Hegel, Rousseau e Gramsci, entre outros^v. No campo da história das ideias políticas e filosóficas é que emergiu o conceito de sociedade civil como organização separada do Estado e do mercado, o que seria reconhecido pela teoria política contemporânea como um novo estágio na evolução da organização do Estado, na governabilidade política e no processo civilizatório (Bobbio, 1987). Nessa acepção, um dos conceitos de sociedade civil relativamente consensual é resumido por Keane (1998) como uma espécie de esfera pública não estatal, cuja atuação deve equilibrar-se com instituições estatais. Essas organizações fora do Estado ganham força pela exaustão da visão do Estado territorial como “portador de um projeto ético, apoiado na reconfiguração e na reordenação da identidade dos seus habitantes” (p. 46).

É nesta concepção política, com ênfase para as articulações discursivas de poder, que Habermas considera a sociedade civil o núcleo politicamente organizado da esfera pública^{vi}, ou seja, o conjunto de movimentos, organizações e associações que capta as demandas e reivindicações e as

transforma em discurso racionalmente articulado para apresentação e discussão nos fóruns e arenas da esfera pública política. Trata-se de uma esfera pública organizada a partir da sociedade civil, “capaz de influenciar a formação da opinião e da vontade política do complexo parlamentar”, perspectiva analítica que constitui a “tradução sociológica do conceito de política deliberativa” (Souza, 2000a, p.92). Essa visão pressupõe uma sociedade democrática e pluralista, com liberdade de imprensa e direito de livre associação, pensamento e expressão – pontos comuns a várias teorias importantes e tradicionais de democracia – como a *poliarquia*, de Robert Dahl (1989).

Como se pode observar, existe correlação entre os conceitos de sociedade civil e de esfera pública. Habermas é o autor mais conhecido quando se trata do estudo da esfera pública. Como conhecedor da obra de Hannah Arendt, ele aprofunda a visão de esfera pública como algo que surge diretamente relacionado à configuração do direito burguês, com destaque para a liberdade de expressão e de pensamento. Isso foi possível devido ao surgimento das cidades, que se consolidaram como espaço de livre circulação de mercadorias e de ideias. Afinal, como descreve Habermas, em *Mudança estrutural da esfera pública* (1984), a informação seguia a trilha das mercadorias.

É oportuno ressaltar que também existem deficiências do lado dos atores da sociedade civil. Afinal, as organizações sociais – ou a sociedade civil organizada – também privilegiam interesses particulares de alguns sobre o interesse geral ou republicano (Gomes, 2011). Essa ideia aponta para outras fragilidades da noção de sociedade e de esfera pública, no que se refere especificamente à participação social e política, a começar pela própria dicotomia entre Estado e sociedade civil; esfera pública e esfera privada.

Sob a perspectiva sociomediática da visibilidade política, a mídia é vista, por alguns autores, como uma “arma na controvérsia política” desde o seu surgimento (Marbut, 1971, p.15). Para outros, a mídia é mais um elemento que confere liderança aos atores políticos, como destaca Cook (1986, p.203-204). Assim, a mídia é vista como um instrumento e, em certa medida, como uma esfera que compete com a política na distribuição de poder entre os atores sociais. Ela é não só um agente político, mas uma instituição, já que – usando o conceito do novo institucionalismo citado anteriormente – possui regras padronizadas e contínuas de funcionamento, expressas em análises da rotina jornalística ou *newsmaking* (Cook, 1989).

Miguel e Biroli (2010) resumem as diferentes perspectivas teóricas sobre a relação entre mídia e política em quatro dimensões de influência política da comunicação nas sociedades contemporâneas, apontadas por vários analistas sociais. Segundo os autores, a mídia: a) tornou-se o principal instrumento de contato entre a elite política e os cidadãos; b) transformou o discurso político e adaptou-o às suas preferências; c) é a principal responsável pela produção da agenda pública; d) tornou-se a principal gerenciadora e agenciadora da visibilidade pública (preocupação central dos atores políticos). As análises de construção social da realidade pela mídia já apontavam para este caminho na década de 1990 (Rodrigues, 2002). Entre as estratégias da atuação dos meios de comunicação, destacam-se os usos e apropriações de declarações, denúncias e outras ordens de argumentação fornecidas pelas fontes, conforme detalhado na sequência.

Vozes sociais na divulgação jornalística: a perspectiva das fontes

Um aspecto destacado em muitos estudos sobre rotinas e dinâmicas de produção dos veículos de mídia, ancorados na *sociologia dos emissores*, é a relação entre jornalistas e suas fontes (Alsina, 1989; Fontcuberta, 1993) – especialmente por sua complexidade e pela quantidade de fatores envolvidos em sua caracterização. Sob o ângulo sociológico, são constituídas configurações relacionais de alta complexidade e de múltiplas perspectivas, do ponto de vista das lógicas de ação desses atores. Essas relações são influenciadas de forma multifatorial e envolvem redes de agentes concernidos, como os veículos de comunicação concorrentes que disputam o capital simbólico de determinadas fontes buscando legitimidade perante seus públicos e seus anunciantes. Formam-se, portanto, redes de interlocução social, política e econômica de alta densidade simbólica.

Nessa abordagem, endossada pela *sociologia dos emissores*, as pessoas e instituições que fornecem dados, informações e declarações são elevadas ao *status* de emissores, chegando a exercer, algumas vezes, maior importância na definição primária da noticiabilidade (medida que define o potencial de um fato para se tornar notícia ou não) que os próprios jornalistas, visto que estes dependem de bons informantes para publicarem notícias que lhes conferem reconhecimento e prestígio. No entanto, a mitologia profissional “tende a realçar o papel ativo do jornalista, marginalizando o contributo essencial, em muitos aspectos, das fontes” (Wolf, 1995, p.199). Conforme a *sociologia dos emissores* (Wolf, 1995), as fontes são consideradas atores sociais e políticos que tentam – orientados por seus próprios valores – agenciar a

mídia, as escalas de economia moral, os critérios de economia de grandeza e suas lógicas próprias de ação.

Uma questão importante é que também as fontes obedecem a uma organização hierárquica de acordo com sua credibilidade e com o tipo de informação que podem fornecer (Alsina, 1989, p.113). Assim, um delegado de polícia tem maior valor como fonte que um simples investigador, se a matéria exige a versão oficial da polícia – um lugar de fala socialmente valorizado, com respaldo institucional que atesta expertise e perícia técnica. Em determinados casos, contudo, o investigador pode ser de maior valia, por ter conhecimento de detalhes de um caso que o delegado não acompanhou pessoalmente. De acordo com a situação e com o tipo de fonte, pode-se estabelecer três tipos de relação com o jornalista: (a) total independência, (b) cooperação, ou (c) produção da notícia pela fonte (Alsina, 1989, p.117). Esse último tipo de relação é bastante comum com o sistema político, uma vez que o poder político tem a capacidade de influir na informação por meio da produção de acontecimentos artificiais dotados de significado que interferem na realidade (Alsina, 1989, p.115). Dessa perspectiva analítica, os atores políticos também exercem a função de definidores primários no processo simbólico de agenciamento dos temas, ângulos da visibilidade política e pontos focais para a discutibilidade, adequando-os à gramática da comunicação, ou seja, às regras definidas pela instituição mediática para que algo tenha valor jornalístico. Ademais, as fontes emprestam credibilidade e autoridade para o veículo de comunicação (Fontcuberta, 1993, p.58) e também auxiliam o jornalista a construir prestígio profissional ao obter informações exclusivas. Dessa forma, segundo a autora, a potência informativa do veículo como agência simbólica se manifesta de acordo com o número, a qualidade e o pluralismo de suas fontes. Assim, as mais procuradas pelos jornalistas são aquelas que têm

proeminência e prestígio, além de outras características como produtividade, acessibilidade, confiabilidade, autoridade e boa articulação verbal (Gans, 2004, p.129-131). O poder formal e a autoridade dos cargos é um dos critérios mais usados pela mídia na busca de fontes e mesmo entre atores que possuem o mesmo cargo. Charaudeau (2007, p.145) acrescenta a habilidade de polemizar como uma das características procuradas pelos jornalistas nas fontes. As redes complexas e plurivocais de interlocução exercem papel relevante nas dinâmicas de disputas pelo controle da visibilidade, além de seu potencial em termos de inserção social nas arenas de discutibilidade (Gomes, 2008).

Esse panorama de constituição de vozes e de relação entre elas no mundo mediático nos ajuda a visualizar e analisar o contexto de distribuição e de relação das vozes que aparecem no noticiário jornalístico avaliado.

Análise das notícias políticas

Neste item, passamos à análise dos dados empíricos, avaliando como a sociedade aparece no noticiário e por quem ela é representada (fontes), a fim de verificar como se dá voz à opinião pública no fórum mediático. Um balanço dessa dinâmica de apropriação dos fragmentos discursivos das fontes vinculadas à esfera civil possibilitará saber em que medida a sociedade pode ser conhecida pelas instituições e, seus atores; pela imprensa, ou seja: se há encontro entre *demos* e instituições e vice-versa, e se há, em suma, possibilidades de um diálogo (e, se sim, em que perspectivas ele acontece). Veremos quem são as fontes que mais aparecem, em termos de *status*, e como está a sociedade civil em relação a elas, inclusive nos temas em que suas justificações são estrategicamente incorporadas às construções e arranjos discursivos resultantes do noticiário

político, uma forma indireta de visibilidade no debate público e na concertação política.

Como ressalta Fraser (1992), é importante destacar a desigualdade comunicativa entre os "públicos fortes" e "públicos fracos", isto é, os sujeitos ativos e passivos no processo de formação da opinião pública e da conversão e transporte das lógicas de reconhecimento social (Duarte, 2006). Para Fraser, o público forte é formado por aqueles cidadãos e grupos com altos recursos políticos, simbólicos ou econômicos: justamente aqueles que têm força social suficiente para definir as agendas – políticas ou midiáticas – e influir sobre o processo de tomada de decisões. O exemplo principal, segundo ela, é o Parlamento (Fraser, 1992, p.134). Já o público fraco não possui recursos argumentativos suficientes para agenciar suas perspectivas e interferir no enfeixamento das correntes de opinião pública de acordo com suas demandas e interesses políticos e sociais, além de não ter poder para influenciar as esferas políticas e econômicas. Em relação à mídia, o público forte seria composto por grupos – cidadãos ou instituições – com acesso aos meios de comunicação, cujas vozes são acatadas de modo favorável pela mídia. Assim, essas fontes são preferenciais nos espaços noticiosos, com enquadramentos que favorecem suas lógicas de ação ou justificação. As fontes oficiais estão nesse segmento privilegiado com direito a voz e inserção de suas perspectivas argumentativas. Grupos e cidadãos marginalizados, por sua vez, compõem os chamados “públicos fracos”. São os cidadãos comuns, quase nunca ouvidos ou vistos nos meios de comunicação. Este tipo de cidadão fica excluído das instâncias do mundo social que se instauram pela visibilidade, audibilidade e discutibilidade. Permanece condenado ao reino da ignomínia política e social, privado da ação comunicativa e das trocas de razões públicas (Arendt, 1983; Habermas, 1984).

Neste estudo, classificamos as fontes de acordo com seu *status* no processo político, conforme mostra o **Quadro 1**. Os aqui chamados “detentores de cargo” são aqueles que ocupam os mais altos cargos das instituições, como presidentes da República, de partidos ou de comissões, ministros, secretários, presidente relatores e líderes. Já os “políticos em geral” são parlamentares que não exercem cargos de liderança ou chefia nos partidos ou instituições políticas nos quais estão inseridos. A categoria “sociedade civil”, por sua vez – observando o conceito de sociedade civil como algo fora do aparato estatal, mas que deve com ele se relacionar em constante equilíbrio dinâmico, conforme explicamos na seção 3 – abrange cidadãos que não exercem cargo político nem atuam no aparato burocrático do Estado. Os “técnicos” são os assessores com cargos menos relevantes na hierarquia burocrática do Poder Executivo. “Outros” são quaisquer fontes que não se encaixam nas categorias propostas, como, por exemplo, as fontes estrangeiras. “Não identificados”, por fim, são aqueles cujos cargos não puderam ser aferidos nas matérias.

Quadro 1 – Mapa de *status* das principais fontes catalogadas de O Globo, Folha e O Estado, nos períodos selecionados (%)

STATUS DA FONTE	%
DETENTORES DE CARGO	49
SOCIEDADE CIVIL	21
POLÍTICOS EM GERAL	16
TÉCNICOS	10
OUTROS	2
NÃO IDENTIFICADOS	1
	n = 3.294

Fonte: Banco de dados produzido pela equipe de pesquisa.

Os resultados mostram uma grande preferência pelos detentores de cargo na hierarquia do campo político (49%). A

análise revela um permanente campo de alianças entre a imprensa e elites políticas que, em momentos específicos, dominam o Estado. Por isso, a afirmação de Hall (1994) de que os jornais atuam a serviço da elite política ainda parece ter algum sentido na realidade brasileira. Especialmente porque as elites políticas – ainda que possam disputar o domínio do discurso em vários momentos – elegem e legitimam as fontes consultadas pelos jornalistas. Como nas manchetes a seguir, em que só foram ouvidos expoentes políticos ou detentores de cargos públicos:

- “*Rejeitada mais uma emenda da Previdência*” (Estado de SP, 05/05/1995): a proposta estava na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Só são ouvidos na matéria o então vice-líder do Governo (deputado Jackson Pereira, PSDB-CE) e o ministro da Previdência (Reinhold Stephanes).

- “*Governadores não aceitam assumir taxaço de inativo*” (Estado de SP, 09/05/2003): a proposta de taxaço de inativos do serviço público era um dos maiores pontos de discórdia da Reforma da Previdência, já que os governadores não aceitavam assumir a prática da medida. As falas são do então presidente do PT, José Genoíno; e dos então governadores de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, do Acre e Pará (Aécio Neves, Geraldo Alckmin, Germano Rigotto, Jorge Viana e Simão Jatene).

- “*Manifesto pró-radicais abre maior crise na bancada do PT*” (Folha de SP, 16/05/2003): tratava-se de um manifesto assinado por 35 deputados e oito senadores do PT, dirigido à Executiva Nacional do partido, pedindo revisão do processo de expulsão de três congressistas (senadores Babá, Heloísa Helena e Luciana Genro) da ala radical. Na matéria, são ouvidos o então vice-líder da bancada, senador Saturnino Braga (RJ); o 1º vice-presidente do Senado, Paulo Paim (RS); o líder do governo Aloízio Mercadante (SP); o líder do PT no Senado, Tião Viana (AC) e um dos autores do manifesto, senador Eduardo Suplicy, que – apesar de não ter um alto cargo – é considerado como da elite política, ou do alto-clero, gozando de prestígio antigo junto aos veículos de comunicação.

De maneira geral, a característica acima descrita já é esperada no mundo jornalístico, conforme apontam os estudos sociológicos sobre produção de notícias (*newsmaking*). Tais análises mostram que os *media* reproduzem a visão dos poderosos sem estarem, de forma simplista, a seu ostensivo serviço. As próprias regras institucionais do fazer jornalístico são as principais responsáveis por essa reprodução. Elas estão

nas *estruturas simbólicas invisíveis*, nos termos de Bourdieu (1997), autor que sustenta e orienta esse tipo de interrelação entre mídia e elites políticas. O conceito de *habitus* proposto por Bourdieu – um “sistema adquirido de esquemas geradores” (Bourdieu, 2009, p. 91) que permite a produção livre de pensamentos, percepções e ações inseridas em condições particulares de produção – também auxilia na compreensão desse ponto. Esse processo de socialização dos enquadramentos midiáticos ocorre quando são selecionadas prioritariamente fontes oficiais e institucionais, poupando o tempo de apuração e cumprindo a missão de “objetividade”^{vii}, o que garante maior credibilidade e, conseqüentemente, reduz os possíveis questionamentos sobre a origem da informação. Isso protege tanto o jornalista quanto a empresa de comunicação para a qual ele trabalha – ambos responsáveis pelas informações que veiculam. Com o facilitado acesso às fontes privilegiadas, os *media* tendem a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da realidade (Hall, 1994, p. 229).

Os políticos em geral são poucos (16%); daí se poder dizer que há pouca representatividade do mundo político fora das elevadas escalas hierárquicas. Entretanto, quando somados aos detentores de cargo, chega-se a 65%: mais de três vezes o valor auferido à sociedade civil. De fato, a imprensa ouve pouco a sociedade civil, por motivações ligadas às condições de produção – como falta de tempo e maior distância entre o repórter e a fonte – e ao problema da legitimação.

Se analisarmos cada jornal em separado, conforme nos mostra o **Quadro 2**, vemos algumas diferenças na distribuição das fontes entre os jornais. A *Folha de São Paulo*, por exemplo, chama atenção por ouvir, em suas matérias, menos detentores de cargo em relação ao total das fontes no período avaliado, ao mesmo tempo em que ouve mais fontes da sociedade civil – na

comparação com o *Estado de São Paulo* e *O Globo* (cerca de 15 pontos percentuais a menos de detentores de cargos e de 10 pontos percentuais a mais de fontes da sociedade civil). *O Estado* e *O Globo* têm percentuais parecidos em relação aos dois tipos de fontes. A *Folha* também usa mais técnicos (12,2%) que *O Estado* (5,7%) e *O Globo* (8%).

Sendo assim, podemos dizer que a *Folha* parece ser mais democrática na distribuição das fontes, apoiando-se um pouco menos em detentores de cargo e mais em falas de técnicos e da sociedade civil. *O Estado* (60,7%) e *O Globo* (61,1%) investem prioritariamente no oficialismo jornalístico, ou seja, em detentores de cargo. Os três jornais são semelhantes, entretanto, no uso de políticos em geral, variando de 12% a 15%.

Quadro 2 - Mapa de *status* das principais fontes catalogadas por jornal - O Globo, Folha e O Estado (em relação ao total de fontes de cada um) - nos períodos selecionados (%)

	ESTADO	FOLHA	GLOBO
DETENTORES DE CARGO	60,7	45,2	61,1
SOCIEDADE CIVIL	15,4	25	16,3
POLÍTICOS EM GERAL	15	15,2	12,6
TÉCNICOS	5,7	12,2	8
OUTROS	1,3	1,3	1,5
NÃO IDENTIFICADOS	2	1,2	0,5

Fonte: Banco de dados produzido pela equipe de pesquisa.

Numa avaliação qualitativa das notícias, percebemos ainda que, muitas vezes, a sociedade é ouvida de forma ritualizada, com o objetivo de cumprir regras jornalísticas sem o compromisso de contribuir substancialmente para o debate. Sendo assim, não podemos afirmar que há, nesses casos, um diálogo ou debate efetivo, mas sim um suporte para sustentar o

enquadramento escolhido pelo jornalista e – consequentemente – pelo jornal (este sim um agente político), que agencia o debate com os atores políticos da esfera institucional. As manchetes abaixo ilustram temas em que a sociedade aparece, ora de forma mais importante, ora apenas para compor os arranjos retóricos noticiosos:

- “6% receberam proposta de compra de voto” (Folha de SP, 10/05/01): trata-se de uma pesquisa do instituto Transparência Brasil, em conjunto com o Ibope, sobre a opinião de eleitores. Foram ouvidos uma ONG e políticos. A sociedade civil foi fonte, mas não há nenhuma declaração expressa de um cidadão para exemplificar os dados.

- “Governo só vota Petróleo com vitória certa” (Folha de SP, 10/05/95 - vide cópia ilustrativa da matéria na **Figura 1**): o texto diz respeito ao adiamento da votação da quebra do monopólio da Petrobrás, até que o governo federal tivesse os votos necessários. Foram ouvidos o Sindipetro e detentores de cargo no governo: os então líderes do PMDB, do governo e do PSDB (respectivamente, deputados Michel Temer, Luiz Carlos Santos e José Aníbal). Detentores de cargo são ouvidos, mas – nesse caso – há uma retranca ouvindo grupos da sociedade envolvidos (Aepet/ Associação dos Engenheiros da Petrobrás e Sindipetro-RJ). Ou seja: dá-se, neste caso, peso mais relevante a opiniões advindas da sociedade.

- “Apagão é pior que crise política” (Folha de SP, 10/05/01): é uma entrevista com um dos maiores empresários do setor de investimentos (Olavo Setúbal, presidente da Itaúsa). Ela vem para dar apoio sutil ao restante das matérias do jornal do dia sobre a crise envolvendo a possível criação da CPI da Corrupção – que acabou não acontecendo –, o apagão elétrico e a CPI da Sudene. São praticamente 11 páginas (incluindo um editorial sobre energia) e a opinião do empresário é colocada na décima página da sequência, como que corroborando com a posição do jornal de reforçar uma crise no governo que se delineava naquele momento. Nas outras matérias sobre as crises apontadas, não há participação da sociedade (10 páginas restantes, com exceção de uma matéria “leve” citando como as novelas satirizam os acontecimentos políticos daquele momento).

Figura 1



É possível concluir que a atual configuração da mídia favorece os grupos que compõem os *públicos fortes*, isto é: a cobertura jornalística da política realizada pelos principais jornais brasileiros contribui para a manutenção do *status quo*, privilegiando sempre as mesmas fontes e parcelas da sociedade, em detrimento das mesmas vozes marginalizadas. O que se depreende disso é que parece ser algo típico da lógica de ação dos *media*, o que resulta em uma dinâmica sociocultural de monocultivo desses enquadramentos e perspectivas. Tal postura enquadra-se no horizonte analítico de Bourdieu (1997) referente às estruturas simbólicas invisíveis que sustentam os modelos de cobertura da imprensa e lhes garantem estabilidade e repetição, contribuindo para a reprodução das formas simbólicas expressas no campo político. Ou seja, configura-se um “recorte” da esfera pública, com debate entre setores selecionados com autoridade para isso.

Em que temas a sociedade está presente no noticiário político?

Em relação aos temas abordados, a mesma configuração transparece. Como ressalta Fraser, os públicos fracos não têm poder suficiente para influenciar a agenda temática das instituições políticas, tampouco a mídia. Se a imprensa é uma das organizações sociais responsáveis por agenciar os temas sobre os quais a opinião pública falará e discutirá, não é possível dizer que a influência da sociedade sobre a mídia seja peremptória. Em outros termos, somente os públicos fortes têm possibilidade de influir na agenda midiática e determinar, por consequência, sobre quais assuntos a sociedade civil se debruça a cada momento. Neste item, mostramos como os discursos de atores da sociedade civil são estrategicamente articulados nos arranjos discursivos da imprensa quando se reporta ao campo político. O primeiro

aspecto que chama a atenção nas notícias em que a sociedade foi ouvida, conforme o **Quadro 5**, é a modesta ocorrência de matérias com fontes deste tipo (422). Considerando o total de 1.768 notícias catalogadas, as matérias com fontes da sociedade representam somente 24% de tudo que é oferecido no noticiário sobre política nacional pelos jornais examinados. Se considerada a incidência na primeira página, esse percentual sobe um pouco, para 27%. Ainda que sua inserção total não seja alta, quando os representantes sociais são usados para reforçar a dramaticidade e o sensacionalismo da construção noticiosa, geralmente o tema aparece na primeira página.

Analisando cada jornal separadamente, no **Quadro 3**, temos percentuais sem grandes discrepâncias, com Folha e O Globo sobressaindo-se levemente em relação a O Estado, confirmando parte da análise do item anterior.

Quadro 3 – Percentual de notícias em que a sociedade foi ouvida em cada jornal analisado

	% ouviu sociedade
ESTADO (n= 626)	21,4
FOLHA (n= 621)	25,3
GLOBO (n= 521)	25,1

Fonte: Banco de dados produzido pela equipe de pesquisa.

Ainda que não possamos apontar o comportamento dos jornais em relação a fontes da sociedade ao longo dos anos – já que são períodos destacados no tempo e sem a continuidade necessária para uma análise temporal – a separação pelos anos escolhidos nos traz algumas observações interessantes, conforme o **Quadro 4**. Em 2001, a Folha se destaca por um percentual bem maior de notícias em que a sociedade foi ouvida em relação aos outros anos (35,6%) – tendência de elevação também acompanhada por O Globo (28,9%). A explicação para um maior número de fontes da sociedade civil em 2001 deve-se

à crise do apagão elétrico – que se torna política mas atinge diretamente a população. O ano de 2005, pelo próprio mensalão, também se destaca pelo uso maior de fontes da sociedade civil, mas menos que em 2001, por ser uma crise de cunho prioritariamente político (ainda que envolva dinheiro público). O ano de 1995 chega a ter mais fontes que 2005; e o único motivo aparente são as privatizações da época, que eram – de maneira geral – defendidas pela imprensa e mostradas à sociedade como progresso.

Quadro 4 – Percentual de notícias em que a sociedade foi ouvida, de acordo com cada ano avaliado por jornal

	1995	2001	2003	2005
ESTADO	26,2	23,8	19,8	17,5
FOLHA	17,4	35,6	18,1	26,8
GLOBO	25,9	28,9	22,6	23,5

Fonte: Banco de dados produzido pela equipe de pesquisa.

Finalmente, avaliando o **Quadro 5** – agora em relação a temas – observamos que quando se trata de “administração e processo legislativo” (Adm/processo legislat) e “ações do governo” – respectivamente 1º e 3º tipos de eventos mais recorrentes nos jornais analisados – tem-se, em geral, a participação da sociedade com especialistas, convidados (representados como atores peritos) e detentores de elevado capital de expertise técnica. Corriqueiramente, eles são acionados para opinar sobre temas como juros, inflação, apagão energético, saúde, etc., como na matéria “*FGV: racionamento deve reduzir em R\$ 15 bilhões PIB brasileiro este ano – Segundo estudo, crescimento menor, de 3%, afetará 850 mil empregos*” (O Globo, 09/05/2001). A matéria, com direito a quadro explicativo, traz um estudo da Fundação Getúlio Vargas que mostra como a redução do fornecimento de energia elétrica

(em razão do apagão energético) faria com que o PIB tivesse uma queda de 1,5 ponto percentual, além de afetar 850 mil postos de trabalho e reduzir a produtividade. Aqui, a imprensa busca argumentos peritos para embasar os prejuízos causados pelo apagão.

Outra matéria que exemplifica o uso de argumentos peritos é “*Seca não justifica apagão, dizem analistas*” (Folha de SP, 09/05/2001, vide **Figura 2**). No primeiro parágrafo, lê-se: “*A culpa não é da chuva, como afirma FHC. Para oito de nove especialistas ouvidos pela Folha, o presidente não pode usar a estiagem como argumento para explicar a crise que levará o país a enfrentar apagões nos próximos meses*”. Fica claro que o uso de várias vozes é para reforçar o intuito de refutar a explicação do então presidente da República sobre os apagões. O texto é todo estruturado estrategicamente com as falas e os argumentos dos especialistas. Fica ainda mais claro o uso de argumentos peritos para reforçar a opinião do jornal, quando se vê a matéria de análise da Folha na mesma página: “*Apagão pode ser ineficaz para poupar água e energia*”.

Figura 2



São vozes da sociedade e ocupam uma zona moral simbolicamente prestigiada, mas podem incorrer em equívocos que não entram no espaço cênico e discursivo dos pontos focais articulados pelos enquadramentos dos *media*. O uso fragmentado e seletivo dos argumentos desses atores pode resultar em novos arranjos discursivos de cariz monotônico, totalizante e normativo.

Quadro 5 –Temas em que a sociedade é ouvida nas notícias analisadas (%)

SOCIEDADE FOI OUVIDA?	TOTAL
ADM/PROCESSO LEGISLAT	25 %
PROTESTOS/MANIFESTAÇÕES	25 %
AÇÕES DO GOVERNO	17 %
DENÚNCIAS	17 %
DEBATES NA SOCIEDADE	4 %
CONFLITO PESSOAL	3 %
COMPORTAMENTO	2 %
OUTROS	2 %
VOTAÇÕES PLENÁRIO	2 %
CONFLITO PARTIDÁRIO	1 %
NEGOCIAÇÃO INSTITUCIONAL	1 %
VOTAÇÕES EM COMISSÕES	1 %
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	0,5 %
CONFLITO INTERPODERES	0,2%
DEBATES EM GERAL	0,2%
DEPOIMENTOS	0,2%
	(N=422)

Fonte: Banco de dados produzido pela equipe de pesquisa - Os dados deste quadro foram arredondados.

O tema “protestos/manifestações” é o que mais dá voz à sociedade, como exemplifica a matéria “*Petroleiros, em greve, ameaçam cortar investimento*” (O Globo, 03/05/1995, vide

Figura 3). A reportagem é uma sequência de outra na mesma página (“*Cut inicia hoje greve contra reformas*”) e vem para realçar o tom de conflito – um alto valor-notícia explorado pelos jornais. Isso pode ser observado na abertura da matéria, na figura a seguir:

Figura 3

Petroleiros, em greve, ameaçam cortar abastecimento

SÃO PAULO — Os petroleiros do país estão em greve nacional desde a meia-noite de hoje e prometem, desta vez, radicalizar o movimento. A categoria pretende paralisar toda a produção e distribuição de derivados de petróleo para fazer com que o Governo negocie. Se isso não ocorrer, a categoria ameaça colocar em risco o abastecimento no país. Segundo a Federação Única dos Petroleiros (FUP), o movimento grevista suspenderá o funcionamento das 11 refinarias, de todas as unidades de distribuição e dos campos de produção da Petrobras. Cerca de 90% da categoria, hoje composta por 50 mil empregados, devem aderir à greve.

— É uma greve radicalizada por causa da irresponsabilidade da Petrobras, que descumpriu acordos. Estamos preocupados e até temerosos em perder o con-

trole do movimento diante do grau de revolta da categoria — advertiu Humberto de Campos, diretor da FUP, confirmando que vão trabalhar somente as pequenas equipes responsáveis pelos equipamentos de segurança, que não podem ficar sem manutenção.

Os petroleiros reivindicam o cumprimento de um acordo assinado pelo Governo Lianar Franco no dia 25 de novembro do ano passado, que previa correção dos níveis salariais do quadro de carreiras da Petrobras. De acordo com a FUP, este acerto representa um reajuste médio de 12% nos salários.

Além disso, a categoria quer reposição salarial de 26,63%, referente ao IGV-Dieese de setembro de 1994 a abril último, e a abertura de concurso público para admissão de novos empregados.

Segundo Campos, a paralisa-

ção integral do refino de combustíveis e gás nas refinarias é um processo lento, e os efeitos do movimento só deverão ser sentidos 48 horas depois do corte da produção. A federação promete, no entanto, liberar os combustíveis e gás para hospitais, polícia, corpo de bombeiros e os chamados serviços essenciais, de acordo o diretor da FUP.

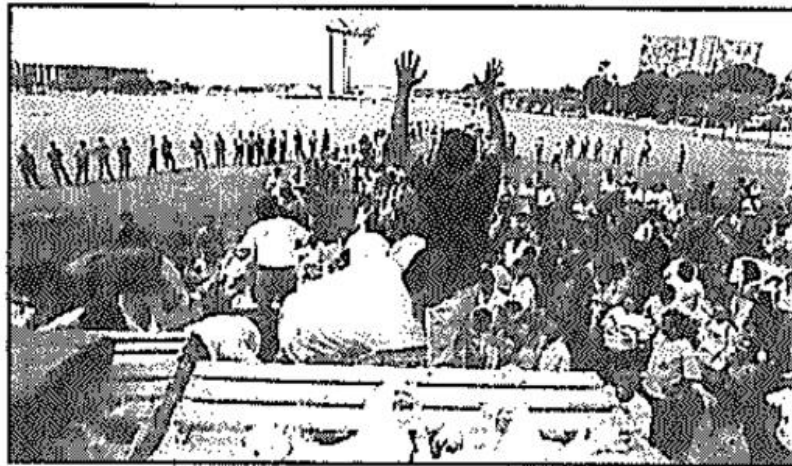
Nas duas últimas greves, que ocorreram durante o segundo semestre do ano passado, os petroleiros não interromperam totalmente o refino e a distribuição de petróleo por causa de uma exigência feita pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), de Brasília, que obrigava a presença de um contingente mínimo de 30% de empregados dentro dos locais de trabalho.

A diretoria da Petrobras não quis se manifestar sobre a greve de seus funcionários.

No caso da greve dos petroleiros, o tom de conflito vinha sendo altamente explorado porque os jornais estavam se colocando sutilmente contra a greve, com destaque para vitórias do governo, como nas chamadas de capa de O Globo, de 10/05/95 (“*TST impõe derrota à greve da Cut – Petroleiros têm que voltar hoje ao trabalho e dias parados serão descontados*”) e da Folha de SP de 11/05/95 (“*Petrobras começa a demitir grevistas; Contra sentença da Justiça, petroleiros decidem manter movimento; oito das dez refinarias estão paradas*). Ou seja, quanto mais se criar fatos mediáticos, mais a sociedade terá lugar nas páginas da grande imprensa. Isso significa que ela passa a fazer parte do recorte mediático de esfera pública quando se encaixa nos critérios jornalísticos. Uma ilustração interessante de agendamento (pelo inusitado, neste caso) é a nota “*Galinhas agitam a Esplanada*”, sobre greve dos servidores

da Embrapa, em O Globo, de 10/05/95, com direito a uma chamada na segunda página do jornal (**Figura 4**):

Figura 4



Galinhas agitam a Esplanada

Os funcionários em greve da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária protestaram ontem contra os baixos salários distribuindo milhares de galinhas para a população na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Algumas aves chegaram a pôr ovos. O ministério da Agricultura concorda com a reposição, mas alega falta de verbas.

Os outros eventos em que a sociedade participa diretamente – “debates na sociedade” e “audiência pública” – representam apenas 4% das matérias que ouviram a sociedade, já que eles não têm praticamente apelo mediático. Do ponto de vista ideal, as audiências públicas são espaços privilegiados de participação pública no debate parlamentar, mas percebemos que os jornais não se interessam por isso. Na verdade, as audiências cobertas, na sua maioria, referem-se a vozes de representantes do Poder Executivo que não seriam tão acessíveis fora daquele espaço, como mostram as matérias “*Governo quer vender Vale para pequeno investidor*” (Folha de SP, 11/05/1995, cuja declaração foi obtida em uma audiência pública) e “*Banerj será privatizado, diz Pêrsio Arida*” (Folha de SP, 12/05/95, vide **Figura 5**), em que nenhum deputado é

citado, apesar de também ser audiência pública realizada na Câmara dos Deputados. Na primeira matéria, o *lead* (1º. parágrafo) é: *O governo federal decidiu vender parte de suas ações na Companhia Vale do Rio Doce diretamente a pequenos investidores, fora dos leilões de privatização.* No *sublead* (ou 2º. parágrafo), há uma declaração de Edmar Bacha, então presidente do BNDES. No terceiro parágrafo é que se explica que a informação foi obtida numa audiência pública sobre a venda da estatal. No restante da matéria, que tem 14 parágrafos, não há qualquer menção ao que foi debatido na audiência; só ao que foi dito por Bacha e a informações fornecidas pelo ministro da Fazenda, que não se encontrava no Brasil:

Figura 5



Na segunda reportagem, da Folha de S. Paulo (Figura 6), ocorre o mesmo. O foco é a declaração do então presidente do Banco Central, Pêrsio Arida, de que o Banerj seria privatizado. Só no quinto parágrafo é que há a informação de que a declaração foi dada em depoimento de cinco horas à Comissão de Finanças da Câmara. Não há qualquer menção ao motivo do depoimento de tamanha duração, nem ao que os deputados debateram:

Figura 6

1 - 10 Sexta-Feira, 12 de maio de 1995

brasil

BANCOS ESTADUAIS

Banerj será privatizado, diz Pêrsio Arida

Em depoimento aos deputados, presidente do BC diz que solução semelhante está sendo negociada para o Banespa

ALBERTO FERNANDES
Do Seculador do Brasil

FIDELIO MIYA
Especialista em Brasília

O presidente do BC (Banco Central), Pêrsio Arida, disse ontem que o Banerj será privatizado e que uma solução semelhante está sendo buscada para o Banespa. Os dois bancos estão sob regime de administração especial (tipo de intervenção do BC).

Além disso, os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro serão obrigados a apresentar garantias para as dívidas que têm junto aos seus bancos, afirmou Arida.

Isto significa, no caso de São Paulo, mais por volta de R\$ 10 bilhões e de R\$ 3 bilhões para o Rio. As garantias poderão ser tomadas a qualquer momento, se os Estados atrasarem o pagamento das dívidas com os bancos estaduais.

Em um depoimento de quase cinco horas à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, Arida disse que só existem quatro soluções legais para os bancos sob intervenção — liquidação, compra pela União, saneamento com recursos do Estado ou privatização.

Arida disse que todas as alternativas, exceto a privatização, estão descartadas para o Banerj, pois a União não quer comprar ou liquidar o banco e o governo estadual não tem recursos para saná-lo.

A Folha apurou que, para sanar e ter de volta o banco, o governo fluminense teria que injetar nele cerca de R\$ 700 milhões — déficit no caixa do banco, que provocou a intervenção do BC.

No caso do Banespa, o governo estadual terá problemas até para apresentar a garantia de R\$ 10 bilhões que o BC exige como condição para o fim da intervenção.

Arida deixou claro que pretende encaminhar a negociação com o governador Mário Covas (PSDB) para a privatização do banco.

“Nossa disposição é a mesma com todos os bancos sob intervenção”, disse.

Existem propostas de funcionários do Banco Central para garantir estes recursos com imóveis pertencentes a estatais estaduais ou ações de empresas.



Pêrsio Arida, presidente do BC, em depoimento na Câmara

NO AR

Estava tudo certo

NELSON DE SA
Do Raposo em São Paulo

Estava tudo certo, no dia 11 de maio, quando o governador de São Paulo, Mário Covas, anunciou que o Banco de São Paulo seria privatizado. Mas, no dia seguinte, o governador mudou de ideia e decidiu não privatizar o banco.

No dia 12 de maio, mais de 400 deputados já estavam prontos para votar, mas... aconteceu alguma coisa e foi adiada a votação.

A Folha não explicou que coisa foi essa. A Rede Brasil, do governo, saiu dizendo que o problema foi que “surteiram boatos sobre algumas empresas que seriam beneficiadas” com a venda do banco.

Boatos são. A explicação veio com o SBT, com a Record e a BandNews.

— A revelação de que a OAS, por uma subsidiária, e a Fundação Distribuidora seriam as grandes beneficiadas pela compra caiu com uma bomba no plenário.

Tanto foi assim que o líder do PFL, Inácio de Oliveira, acusou todos pelo processo. Os beneficiados pelos lobbies — os empreiteiros para uns, os estatais para outros.

Inflação em queda
Inflação em queda, anunciou Sérgio Chiapetta no manifesto do Jornal Nacional.

Venha o exultando que não, não o exultando no momento da primeira das suas sondagens reformistas. Fernando Henrique vai sempre poder contar com o insuperável real.

Foi assim na campanha, vai sendo assim no governo.

Donna Ruth
“Donna” Ruth, como dizem a Globo e outras redes, lançou ontem o Comunidade Solidária para uma pleiade de milhões, mais importantes.

“Para mostrar que o plano está funcionando”, relatou a Manchete. “Donna Ruth fez o melhor de seu melhor”.

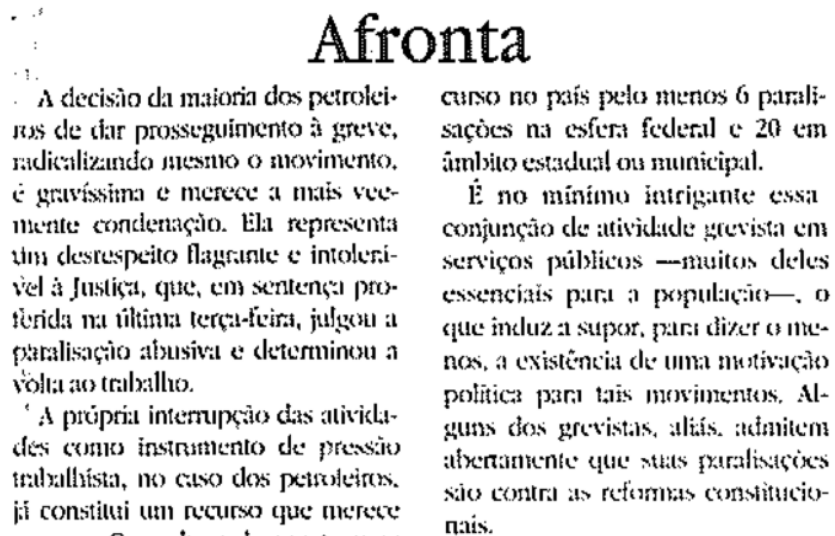
Em suma, as audiências do parlamento são usadas pelos jornalistas mais como oportunidade de entrevistas com autoridades e personalidades envolvidas em temas polêmicos. Talvez a imprensa não tenha interesse porque essas reuniões são voltadas para o debate e não para a tomada de decisões. Isso diminui o seu valor-notícia, pois se referem a algo em processo e não um fato ou feito consumado.

No caso dos protestos, resolvemos também separar as notícias que não tratavam diretamente de nenhum dos poderes, mas sobre os movimentos em geral ou posições tomadas pela sociedade. Isso porque percebemos que os jornais depreciavam o MST (Movimento Sem Terra), por exemplo, e também os petroleiros (que promoveram a maior greve do governo FHC e que tiveram oposição dos jornais), sem referência ao Legislativo ou Executivo. Alguns exemplos: a notícia “*Sem terra lincham, torturam e jogam bomba*”, em O Globo de 09/05/2001 (vide **Figura 7**) e o editorial “*Afronta*”, contra os petroleiros, na Folha de 12/05/1995 (**Figura 8**):

Figura 7



Figura 8



A Folha adotava a rubrica “*Campo minado*” para tratar de manifestações do MST em 2005. Há somente 66 notícias com esse teor: 38% negativas, 59% “neutras^{viii}” e só 3% positivas. Portanto, os jornais parecem ser mais rigorosos com iniciativas de grupos de protestos. Isso revela que as lógicas de ação dos movimentos sociais são repudiadas pela imprensa ou não coincidem com os *templates* semânticos desejados pelos jornais. Um exemplo ilustrativo desse contexto foram os protestos políticos de junho de 2013, que também atacavam a cobertura de parte da imprensa de maior penetração no país, classificando-a como moldadora de uma realidade distorcida e negativa sobre as manifestações.

No que diz respeito especificamente ao Executivo (“ações do governo”), o percentual é de 17%. No âmbito do

Legislativo – somados os temas “audiência pública”, “votações em plenário”, “votações em comissão” e “depoimentos” (que ocorrem nas comissões) – tem-se um total de apenas 3%. A sociedade é inserida na trama e nos enredos noticiosos nos registros temporais de eventos que ocorrem em esferas de menor prestígio nas rotinas do processo legislativo e/ou administrativo. Isso justifica o dado de 25% para o tema “Adm/processo legislat” (administração e processo legislativo), no **Quadro 5**.

O que se pode concluir, neste tópico, é que o uso de fontes da sociedade no noticiário político ocorre por meio de especialistas ou sobre temas do dia a dia dos poderes que já estão na agenda pública. Essa inserção é menor no que se chama de “instâncias oficiais” do Legislativo, que são os trabalhos de comissão e de plenário. Na cobertura diária dessas instâncias, o jornalista geralmente faz mais matérias sobre assuntos correlatos (muitas vezes os jornais têm somente um setorista para Câmara e Senado) e não há tempo para repercutir com a sociedade civil, que não está acessível como um parlamentar, no contexto institucional ritualizado das atividades legislativas. Na hora de priorizar, para não deixar de cobrir outros assuntos, não há dúvida: vale a fonte oficial, integrante de um público forte que já detém boa parcela de influência social e terá seu poder reafirmado.

Quanto às denúncias, a atuação da sociedade é instrumentalizada pela imprensa em função do impacto dramático, como nos casos de protestos e grandes manifestações públicas, a exemplo da mobilização popular em torno da possível cassação do então senador Antônio Carlos Magalhães, segundo a matéria “*‘Ficaria muito triste’, diz ACM sobre cassação*” (Folha de SP, 02/05/01), e quando galinhas foram levadas para a Esplanada dos Ministérios, conforme a nota “*Galinhas agitam a Esplanada*” (O Globo, 10/05/05), já citada

anteriormente. A notícia sobre ACM compõe uma página cuja matéria principal tem a seguinte manchete: “*ACM teme que acareação vire espetáculo*”.

Outra motivação para a inserção da sociedade civil no noticiário político é quando agentes sociais, implicados em denúncias e escândalos, aparecem como agentes de corrupção e envolvidos na denúncia em questão, como na matéria “*Comandante Molina existe e pediu cargo*” (Estado de SP, 18/05/05). Em situações assim, esses atores aparecem no primeiro plano do espaço cênico dramatizado pela mídia. O comandante Molina foi citado pelo então deputado Roberto Jefferson quando os fatos que motivaram a CPMI dos Correios foram denunciados. Desde a abertura, portanto, a matéria só cita o comandante e mostra a declaração dele como protagonista, de indignação.

Qual a incidência das notícias em que a sociedade é ouvida na primeira página?

Para se examinar como se dá a inserção da sociedade no noticiário, convém avaliar ainda como suas manifestações são priorizadas e articuladas pelos jornais: como são destacadas na primeira página – espaço nobre da visibilidade jornalística. Observando os temas que mais aparecem na primeira página, no **Quadro 6**, constata-se que as denúncias ocupam lugar de destaque também quando a sociedade civil está diretamente implicada, seja com envolvimento ativo de seus agentes em operações ilícitas, seja como protagonistas das denúncias ou como testemunhas. Essas notícias representam 23% dos destaques hierarquizados na primeira página, atrás de matérias referentes ao processo legislativo (39%). Quando comparados os percentuais do que é noticiado internamente com o que sai na primeira página, as notícias de denúncia passam do quarto (17%) para o segundo lugar (23%),

Quando o critério é estar na primeira página, as denúncias ultrapassam os protestos e manifestações (estes com 25% no geral e 22% na primeira página). Assim, elas passam do terceiro para o segundo lugar nesse filtro. Percebe-se que os trabalhos de comissões em votações, audiências públicas ou depoimentos aparecem em último lugar.

Quadro 6 – Incidência na 1ª página das notícias sobre temas em que a sociedade é ouvida

TEMAS	TOTAL
ADM/PROC LEGISLATIVO	39 %
DENÚNCIAS	23 %
PROTESTOS/MANIFESTAÇÕES	22 %
AÇÕES DO GOVERNO	11 %
CONFLITO PESSOAL	4 %
VOTAÇÕES PLENÁRIO	2 %
DEBATES NA SOCIEDADE	1 %
OUTROS	1 %
AUDIÊNCIA PÚBLICA	1 %
DEPOIMENTOS	1 %
NEGOCIAÇÃO INSTITUCIONAL	1 %
VOTAÇÕES COMISSÕES	1 %
DEBATES	0 %
CONFLITO INTERPODERES	0 %
CONFLITO PARTIDÁRIO	0 %
COMPORTAMENTO	0 %
	n= 177

Fonte: Banco de dados produzido pela equipe de pesquisa.

Os dados apresentados até agora confirmam a preferência dos jornais por fatos midiáticos de elevado teor simbólico-dramático como protestos, manifestações e denúncias (que juntos somam 42% do total de notícias em que a sociedade civil é ouvida; 45% na primeira página), mas também revelam o uso estratégico de feixes argumentativos oriundos da sociedade no item “administração e processo legislativo” (25% do total e 39% na primeira página), o que pode ser relevante como dinâmica de visibilidade dos atores sociais, em alguns casos. Isso pode ser lido como possível oportunidade de inserção dos atores sociais nas arenas de visibilidade e discutibilidade, mas somente quando suas falas, argumentos e ênfases se encaixam nos valores-notícia. Isso, porém, não nos permite concluir que esse tipo de visibilidade seja politicamente insignificante, uma vez que dependeria de uma análise dos sentidos atribuídos pela representação e utilização desses discursos pelos próprios atores que os protagonizam e aceitam sua inserção no espaço midiático. Contudo, sua presença no noticiário é menor do que fontes oficiais e políticos em geral, o que já era esperado, e sua inserção em temas mais rotineiros do processo político é bem mais baixa, levando-nos a concluir, mais uma vez, que fragmentos discursivos captados dos cenários empíricos de circulação da opinião pública são estrategicamente usados pela imprensa segundo um recorte decidido mediaticamente.

Alguns exemplos de notícias nas quais foi ouvida a sociedade civil e que tiveram chamada na primeira página (sete categorias mais representativas):

- “Arrecadação de impostos pelo governo foi recorde em abril” (O Globo, 20/05/2005). **Categoria: adm/proc legislativo**

- “INSS divulga lista com 176 mil devedores” (Folha de SP, 15/05/03). **Categoria: adm/proc legislativo**

- “Comandante Molina existe e pediu cargo” (Estado de SP, 18/05/95, matéria já citada anteriormente). **Categoria: denúncias**
- “Polícia reprime ato contra ACM em Salvador” (Estado de SP, 11/05/2001). **Categoria: denúncias**
- “Emenda do gás favorece Petrobrás e OAS” (Folha de SP, 11/05/2001). **Categoria: denúncias**
- “CUT inicia hoje greve contra reformas” (O Globo, 03/05/95). **Categoria: protestos/manifestações**
- “Acordo não significa trégua nas invasões, avisa líder” (Estado de SP, 19/05/2005). **Categoria: protestos/manifestações**
- “Uma proposta para o 13.o. salário” (O Globo, 9/05/2003). **Categoria: ações do governo**
- “Cresce no governo pressão por corte do juro” (Estado de SP, 15/05/2003). **Categoria: ações do governo**
- “Gil e Cacá vencem disputa com Gushiken” (O Globo, 07/05/2003). **Categoria: conflito pessoal**
- “Manifesto mostra divisão na classe artística” (O Globo, 09/05/2003). **Categoria: conflito pessoal**
- “Câmara aprova primeira reforma” (O Globo, 04/05/95). **Categoria: votações em plenário**
- “Votação é adiada e emenda pode mudar - Para Omar Carneiro, adiamento é manobra” (Estado de SP, 12/05/2005). **Categoria: votações em plenário**
- “FGV prevê recessão se racionamento for longo” (O Globo, 10/05/2001). **Categoria: debates na sociedade**
- “Decisão sobre juro é cercada de incertezas” (Estado de SP, 18/05/2005). **Categoria: debates na sociedade**

Quem representa a sociedade civil na visão dos jornais?

Uma vez vistos os temas, podemos agora acionar detalhes sobre o perfil da sociedade civil que aparece nas notícias avaliadas neste trabalho – afinal ela também tem seus recortes e *frames*. Observando o **Quadro 7**, percebe-se que a maior parte dos atores entrevistados é de sindicalistas e federados, portanto¹ representantes de categorias profissionais. Isso porque geralmente são os sindicatos que fazem protestos, greves e

¹ Como bem observado pelo parecerista anônimo deste artigo, a maior presença de sindicalistas no período avaliado (maio) deve-se ao fato de este ser o período de data-base de grande parte das categorias profissionais.

promovem outros meta-acontecimentos² que apresentam maior teor de noticiabilidade, com o propósito de se adequar às lógicas de ação simbólica dos *media*.

Quadro 7 – Mapa da sociedade civil que aparece nas notícias dos jornais avaliados (%)

FONTES DA SOCIEDADE CIVIL	%
SINDICATOS E FEDERAÇÕES	22
OUTROS	21
EMPRESÁRIOS	19
INSTITUTOS/ONGs	16
ESPECIALISTAS/ACADÊMICOS	14
MST	5
IGREJA	3
	n= 702

Fonte: Banco de dados produzido pela própria equipe de pesquisa.

Ainda no **Quadro 7**, empresários também aparecem em terceiro lugar, conforme exemplo já citado anteriormente, quando um empresário foi ouvido sobre a crise do apagão. Nesse caso, são empresários de grande porte e de setores expressivos da economia, além de entidades que os representam. A maior parte deles está ligada a partidos ou personagens importantes do meio político, ou seja, mais próximos do perfil de personagens que se enquadram no *template dramaturgico* desejado pelas tramas narrativas do campo mediático. Perdem somente para o item “outros”, em que se encaixam transeuntes, profissionais autônomos, artistas de rua e tudo mais que não se encaixa nas categorias apresentadas.

Técnicos e acadêmicos, que geralmente opinam sobre temas específicos somam 14%, como exemplifica a matéria “Capitais preparam esquema de segurança” (O Globo, 11/05/01), em que um técnico da Polícia Militar é ouvido para

² Um meta-acontecimento pressupõe romper a superfície da normalidade (Rodrigues, 1993)

corroborar com a declaração do secretário de Segurança Pública de São Paulo de que havia um plano de emergência para blecautes gerais na capital paulista (na época da crise do apagão). A voz do PM é usada para reforçar que os policiais estavam preparados para atender as situações de emergência.

Grupos temáticos e minorias estão praticamente de fora do campo focal do noticiário político. O MST, apesar de ter percentual baixo (5%), é relevante para a análise, por representar um único setor, enquanto os sindicatos são vários – ainda que, na verdade, se polarizem nas notícias entre CUT e Força Sindical. Também é importante ressaltar que o MST tem bastante destaque nas notícias sobre sociedade civil, mesmo que de forma negativa. Isso porque os jornais muitas vezes colocam a notícia de forma crítica em relação às invasões de terra promovidas pelo movimento, como uma forma de fazer contraposição às lógicas de ação do MST, como se pode ver na matéria “*Sem-terra lincham, torturam e jogam bomba em sem-terra*” (O Globo, 09/05/05), já citada anteriormente.

Em “Outros”, estão o que os jornalistas chamam de “povo-fala”, depoimentos ilustrativos de pessoas e qualquer outra situação que não se encaixe nas categorias escolhidas. Nesses 21%, portanto, estão as fontes da sociedade civil mais usadas para ilustrar uma matéria – não como argumento de autoridade ou voz importante (ainda que o argumento ilustrado seja significativo). De maneira geral, entretanto, percebe-se que o uso ilustrativo acontece também em qualquer categoria, seja pela obrigatoriedade jornalística de ouvir o outro lado ou ter uma opinião da sociedade. Não há como mensurar empiricamente esse tipo de uso, já que não há marcador no banco de dados que possibilite tal avaliação de forma mais contundente.

Conclusões

Os dados mostram quais são as fontes com maior visibilidade no noticiário, além do perfil e da identificação dos temas em que a sociedade civil é ouvida, quando é prioridade, qual o espaço dado aos partidos e a presença de vozes contrárias no noticiário. Percebeu-se a prevalência de detentores de cargo (49%) nos noticiários, em detrimento da sociedade civil (24%), que pouco aparece no debate de temas ligados à sua realidade, que – por sua vez – também são pouco cobertos pela imprensa, como debates, comissões, etc. Tal mapeamento nos leva a concluir que os jornais brasileiros não priorizam as vozes de representantes da sociedade civil organizada nos moldes teóricos propostos neste artigo. Além de pouco aparecer, quando há visibilidade, esta ocorre de forma assimétrica, ou segundo os critérios mediáticos de noticiabilidade. A rotina da cobertura jornalística não leva a um tipo de equilíbrio entre posições de fontes e entre lados opostos, mas favorece os públicos fortes destacados na análise. Entretanto, não se pode afirmar que a sociedade civil não aparece nas páginas dos jornais. O que se questiona são as modulações retóricas e os arranjos textuais construídos pelos jornais ao se apropriarem dos argumentos oferecidos pelos atores sociais da esfera civil.

Com as pressões de tempo e de demanda de um grande número de coberturas, o repórter acaba deixando de repercutir as notícias com parte da sociedade interessada, que – pelo menos via jornal – pouco dialoga com os políticos. Do pouco que participa do espaço político mediatizado, a sociedade aparece em enquadramentos específicos, construídos para dar suporte de realidade e de objetividade ao feito noticioso, a exemplo das performances espetaculares ancoradas nas denúncias e escândalos políticos.

Faz todo o sentido, portanto, a crítica de Fraser aos conceitos de esfera pública que não levam em conta esses aspectos do funcionamento da mídia e do sistema político em geral. Em uma perspectiva liberal da imprensa, calcada no modelo da esfera pública burguesa e de democracia liberal, a mídia é um órgão de controle dos governos, servindo à sociedade civil como sua legítima representante, além de configurar uma arena de debates essencial ao processo democrático. A realidade contemporânea, contudo, não corresponde a esse modelo, como mostram os dados analisados neste trabalho.

A mídia exerce um papel central no sistema democrático, especialmente por sua utilidade como mecanismo principal da visibilidade política nas sociedades atuais, que adotam a representação como forma de organização. Entretanto, essa função primordial serve aos detentores do poder estabelecido e colabora para a manutenção das assimetrias verificadas entre públicos fortes e fracos, conforme argumentamos acima. Ao contrário do que muitos teóricos propõem, o funcionamento do jornalismo acaba por justificar a separação entre Estado e sociedade civil, prejudicando a inclusão de alguns públicos na opinião pública que acaba exposta e se consolida como expressão das demandas sociais nas sociedades capitalistas.

Ao construir um regime de verdades em formato de polêmicas, crises e escândalos, a imprensa cultiva sua perspectiva retórica simplificada de forma estratégica, o que fortalece seu poder simbólico e sua capacidade de penetração e difusão continuada na sociedade, permeando o conjunto de representações mentais e consolidando *templates* e molduras de percepção e discernimentos em torno do universo da política. Sob esse ângulo analítico, o noticiário político comporta um enfático tom moral e normativo, ou seja, sua orientação

transcende a constatação e o diagnóstico, abrindo trilhas prescritivas com receituários sobre como a realidade social deveria ser.

A mídia apresenta-se aos leitores como uma instituição perita (Miguel, 1999), especializada em atuar como um observatório da vida pública, com livre circulação pelos espaços em que os debates são realizados e as decisões políticas são tomadas, incluindo o acesso privilegiado aos bastidores e à voz dos agentes públicos. Dessa forma, a política é apresentada como “o reino do segredo a ser revelado” e o jornalismo como instância perita, capaz de tornar a política transparente para o público. Além de um observatório da vida pública, a imprensa constrói uma autoimagem de “agência de vigilância moral”, cuja função é denunciar os desvios e “pecados políticos”. Nessa lógica, a mídia instrumentaliza sua *performance* espetacular para que o público a reconheça como uma eficiente “delegacia moral”. É como se o seu papel fosse policiar o comportamento dos representantes políticos. Ao mesmo tempo em que fazem o diagnóstico moral, os jornalistas empenham-se em apontar os procedimentos corretivos. Esse ciclo reforça a imagem positiva dos veículos e dos profissionais de imprensa.

No plano do imaginário popular, portanto, a *performance* da imprensa é associada ao de uma instituição responsável pelo diagnóstico (denúncia) das mazelas e patologias políticas, além de apontar e prescrever os procedimentos para sanar e prevenir os desvios patológicos do campo político. Um recurso largamente utilizado para tal fim é o uso de argumentos de especialistas como fonte de autoridade explicativa e prescritiva. Os argumentos são publicados sob a forma de artigos de opinião, análises e entrevistas. Esses argumentos são instrumentalizados pela imprensa para reforçar seus enquadramentos e acentuar a lógica de economia simbólica

que desqualifica a política e enaltece o próprio papel de vigilância moral da imprensa.

Em decorrência da articulação desse conjunto de operações simbólicas, o campo de visão do cidadão é construído com base em lentes alheias em interação com seu campo cognitivo. Há uma arquitetura prévia que condiciona a percepção, a sensibilidade e o discernimento do público. Essa operação se dá por meio de elementos como a escolha das manchetes, dos títulos em letras garrafais, das fotos, das metáforas e das opiniões de especialistas reconhecidos para serem incorporadas à cartografia noticiosa, além das táticas como a cobertura sequenciada e seriada, estruturada em capítulos. Trata-se de um fluxo de informações, combinadas com opiniões, análises e comentários meticulosamente articulados sob a lógica da denúncia e a ética da indignação, similar aos processos analisados por Boltanski e Chiapello (1993).

Como efeito dessa observação terceirizada, o público é levado a construir suas visões a partir do ordenamento de perspectivas e montagens oferecidas pela mídia. Trata-se, pois, de uma observação da cena política, mas fica desprovido de oportunidades de construir sua perspectiva particular. Dessa forma, o jornalismo político impresso atua como operador hermenêutico na formação de sensibilidades, percepções e discernimentos dos leitores. Cabe ressaltar ainda que o discurso dos *media* sobre política não deve ser entendido como produção autônoma, em vista da configuração relacional complexa e multifacetada que se estabelece no processo de produção, emissão e recepção do noticiário político. Em suma, trata-se de um discurso social condicionado por múltiplos fatores – segundo a perspectiva sociológica da *teoria multifatorial da notícia* (Sousa, 2000) – que depende da relação dos *media* com as demais

instituições que compõem a sociedade. A sua participação na sociabilidade é importante e inegável, a ponto de fazer parte dos requisitos para uma democracia poliárquica na formulação de Robert Dahl (1989). Segundo ele, contudo, é essencial a existência de fontes alternativas de informação para o bom funcionamento da democracia. Assim, para distorcer vieses de grupos – sejam eles de imprensa ou de qualquer outro tipo – deve-se pretender garantir ampla pluralidade às diferentes vozes da sociedade. O que, efetivamente, não acontece de forma intensa no ambiente mediático brasileiro contemporâneo.

Bibliografia

- ALSINA, M. R. *La construcción de la noticia*. Barcelona: Paidós, 1989.
- ARATO, A. & COHEN, J. Sociedade civil e teoria social. In: AVRITZER, Leonardo (ed.). *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora, 1994.
- ARENDT, H. A condição humana. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.
- _____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectivas, 2000.
- BERGAMO, A. Reportagem, memória e história no jornalismo brasileiro. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 233-269, ago 2011.
- BERNARDES, C. B. As Fontes de Informação nas Mídias Legislativas: oficialismo e diversidade na produção noticiosa sobre a Câmara dos Deputados. *Brazilian Journalism Research* (Impresso), v. 7, p. 32-49, 2011.
- BOBBIO, N. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- BOLTANSKI, L. CHIAVELLO, E. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa, Portugal: Difel, 1989.
- _____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BRAGA, J. L. Mediatização como processo interacional de referência. In: ENCONTRO DA COMPOS, 15., 2006, Bauru. *Anais...* São Paulo, 2006.
- CHARAUDEAU, P. *O discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2007.
- COOK, T. House members as newsmakers: the effects of televising Congress. *Legislative Studies Quarterly*. V.11, nº.2, maio/1986.P.203-226.
- _____. *Making laws and making news*. Media strategies in the U.S. House of Representatives. Washington: The Brookings Institution, 1989.
- _____. *Governing with the news*. The news media as a political institution. (2ª ed.) Chicago: The University of Chicago Press, 2005.
- DAHL, R. *Democracy and its critics*. New Haven: Yale University, 1989.
- DUARTE, Luiz Fernando D. Distanciamento, reflexividade e interiorização da pessoa no ocidente. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, out, p. 163-176, 1996.
- FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. Congresso Nacional: organização, processo legislativo e produção legal. Cadernos de Pesquisa, n. 5, outubro, São Paulo: Cebrap/Entrelinhas, 1996.
- FONTCUBERTA, M. *La noticia*. Pistas para percibir el mundo. Barcelona: Paidós, 1993.
- FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: a Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In CALHOUN, Craig (ed.). *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge/MA, London: The MIT Press, 1992.
- GANS, H. J. *Deciding what's news*. A study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time. Evanston/Illinois: Northwestern University Press, 2004. 25th anniversary edition.
- GOMES, W. 2004. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus.
- _____, W. 2011. Participação política online: questões e hipóteses de trabalho. In MAIA, Rousiley Celi Moreira; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre/RS: Sulina.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, S. et al. A produção social das notícias: o ‘mugging’ nos media. In: TRAQUINA, J. (Org.). *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*. Portugal: Vega, 1993.

KEANE, J. A Sociedade Civil. Portugal: Editora Temas e Debates, 1998.

KUCINSKI, B. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

KRITSCH, R. Esfera pública e sociedade civil na teoria política habermasiana: considerações histórico-conceituais introdutórias. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, v. 1, n.3, 2010. Disponível em: http://rbcp.unb.br/artigo_html.php?id=44. Consultado em 22/03/12.

LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, Pluralização da Representação e Sociedade Civil. *Lua Nova*. São Paulo, nº 67, 2006, p. 49-103.

MAIA, R. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. IN: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Mídia, representação e Democracia*. São Paulo: Hucitec, 2010. P.274-298.

MARBUT, F. B. 1971. *News from the Capital*. The story of Washington reporting. Carbondale/Illinois: Southern Illinois University Press.

MATHEUS, L. C. Comunicação, tempo, história: tecendo o cotidiano em fios jornalísticos. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, UFF, 2010.

MIGUEL, L. F. O jornalismo como *sistema perito*. *Tempo social*, São Paulo, v. 11, n.1, p. 197-208, maio de 1999.

_____, L. F. A mídia e o declínio da confiança na política. *Sociologias*, Porto Alegre, v.10, nº 19, jan./jun. 2008, p. 250-273.

_____, L. F.; BIROLI, F. (orgs.) *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Hucitec, 2010..

_____. _____. *O calidoscópio convexo: visibilidade, meios de comunicação e campo político no Brasil*. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Política” do XIX Encontro da Compós, na PUC-RJ, Rio de Janeiro, RJ. P. 1-21, 2010a.

NEVEU, É. *Sociologia do jornalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

PAGE, B. I.; SHAPIRO, R. Y.; DEMPSEY, G. R. What moves public opinion? The influence and effects of mass media. In: GRABER, D. (Ed.). *Media power in politics*. Chicago: University of Illinois, 2007. p. 98-113.

PLANALTO, blog. Quase metade dos brasileiros se informa pela internet. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/quase-metade-dos-brasileiros-se-informa-pela-internet-afirma-ministro-da-comunicacao-social/>, acessado em 25/03/2014.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. Em busca de um ponto cego: notas sobre a sociologia da cultura no Brasil e a diluição da mídia como objeto sociológico. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 26, n. 3, p. 453-470, dez. 2011.

RODRIGUES, A. D. O acontecimento. IN: TRAQUINA, Nelson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega Ltda., 1993. P. 27-33.

RODRIGUES, M. R. *Imprensa e Congresso ou como a mídia pauta a política*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

SCHMIDT, L. *Ambiente no ecrã: emissões e demissões no serviço público televisivo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

SOUSA, J. P. *As notícias e seus efeitos: as teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos meios jornalísticos*. Coimbra: Minerva-Coimbra, 2000.

SOUZA, J. A singularidade ocidental como aprendizado reflexivo: Jürgen Habermas e o conceito de esfera pública. In: SOUZA, J. *A modernização seletiva*. Brasília: Editora da UnB, 2000a, p.59-94.

_____. Acerca do lugar da moralidade na política: Weber, Habermas e a singularidade cultural alemã. In: SOUZA, J. (Org). *A atualidade de Max Weber*. Brasília: EdUnB, 2000b, p.49-90.

THOMPSON, J.B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia*. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRAVANCAS, I. *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus, 1993.

TUCHMAN, G. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. IN: TRAQUINA, Nelson. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega Ltda., 1993. P. 74-90.

VIMIEIRO, A. C.; MAIA, R. C. M. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 18, n.1, p.235-252, 2011.

WEBER, M. H. *Comunicação Pública e a captura do voto*. Texto apresentado durante o XXXI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Caxambu-MG, 2007.

WOLF, M. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1995. Da Sociologia dos emissores ao newsmaking, p. 159-230.

WOLTON, D. *Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*. Porto: Asa, 1994.

NOTAS

¹Nos termos da Sociologia das Práticas Sociais de Bourdieu, o capital de um campo acaba ajudando os agentes a galgarem posições em outras esferas. Ou, pelo menos, ajuda os atores a ingressarem no campo. O melhor exemplo é o dos políticos que conseguem se eleger graças à visibilidade adquirida na mídia ou no esporte.

²Neste ponto, é preciso frisar que este artigo tem como perspectiva a sociologia dos emissores e, portanto, não aborda a reação resultante dos receptores, tal como seria se fosse aqui contemplada uma pesquisa de recepção. Obviamente, a participação dos receptores não pode e não deve ser desconsiderada, mas a intenção aqui é ver que tipo de produto é ofertado, com que formatação e sugestões simbólicas de leitura e participação.

³ Para o cientista político Robert David Putnam (1973), o conceito de capital social abrange o estudo das práticas sociais, normas e relações de confiança e de reciprocidade que se estabelecem entre indivíduos e grupos, construindo uma malha de interações sociais.

⁴A discussão faz parte da crítica ao conceito de esfera pública, na qual são consideradas duas dimensões analiticamente estruturantes (a *visibilidade e a discutibilidade*). A primeira se refere ao poder dos *media* de conferir publicidade a certos temas, enquanto a segunda diz respeito à troca de razões públicas, ou seja, ao debate coletivo, à discussão desencadeada pela publicidade (Lycarião, 2010).

⁵ Não é nosso objetivo mapear ou discutir os conceitos de sociedade civil, mas apenas situar o debate para contextualizar minimamente o estudo. Para discussões conceituais, consultar: Avritzer, 1994; Arato e Cohen, 1994; Lavalle, 2006; Ramos, 2005; Kritsch, 2010.

⁶ Como não há espaço para um detalhamento sobre a história das ideias políticas sobre o conceito de sociedade civil, consultar Arato e Cohen, 1994; Bobbio, 1987; Lavalle, 2006; Ramos, 2005.

⁷ Entendendo aqui a esfera pública segundo o conceito habermasiano: como um lugar onde todos podem ter acesso igual à discussão colocada e atuar segundo um discurso racional, capaz de levar à deliberação.

⁸ Isto não significa que as características da rotina jornalística, como a escassez de tempo, justifiquem a procura excessiva de fontes oficiais e a reprodução das ideias da classe dominante. Apenas traduz o que acontece atualmente.

⁹ Apesar do consenso de que não existe notícia neutra, adotamos aqui, com esta ressalva, o sistema de valências adotado pelo *Instituto Doxa de Pesquisa*, no qual a categoria “neutra” se refere àquele tipo de notícia que não se caracteriza ostensivamente como positiva ou negativa em relação a um dado enquadramento. Assim, as notícias foram catalogadas segundo valências, entendidas como parâmetros para enquadrar o teor de uma mensagem em relação aos poderes em estudo. Foram divididas da seguinte forma: positivas, quando favorecem as instituições/atores; negativas desfavorecem instituições e atores; neutras, quando não favorecem, nem desfavorecem ou quando favorecem e desfavorecem ao mesmo tempo, sem que haja sobreposição de informações.

Palavras-chave:

Sociologia Política.
Visibilidade política.
Sociedade civil.
Noticiário político.
Mídia e política.

Resumo: Estudo de cunho sociológico, com base em material publicado pelos principais jornais de circulação nacional sobre política. Análise fundamentada nas seguintes questões: (a) como se dá voz à sociedade no enquadramento noticioso? (b) em que fóruns os jornalistas recorrem às vozes da sociedade? (c) quais as fontes sociais às quais os jornalistas recorrem com mais frequência? (d) em quais agendas/temas a sociedade é reconhecida pela mídia como agente político relevante? (e) qual perfil dos agentes da sociedade aparece no noticiário político? Analisam-se efeitos simbólicos da cobertura jornalística e as consequências da apropriação deliberada de determinados filamentos discursivos de fontes da esfera civil. Conclui-se que, em longo prazo, a imprensa forma sensibilidades, percepções e discernimentos da população exposta de forma continuada à leitura dessas notícias políticas. Essas matérias são vistas como construções retóricas normativas e não como uma ementa da realidade.

Keywords:

Political Sociology.
Political visibility.
Civil Society.
Political news.
Media and politics.

ABSTRACT: It is a sociological study, based on material published by major national newspapers which have national policy coverage. The study will be based on the following issues: (a) how is the public voice in framing news, (b) in which forums journalists give voice to civil society, (c) which are the social sources more listened by journalists (d) in which agendas / issues society is recognized by the media as a relevant political actor, (e) the profile of civil society that appears in political news. The analyses goes through the eventual symbolic effects on politics and the consequences of deliberate appropriation of certain discursive sources that act as representatives of the civil sphere. It still evaluates the most relevant effects in the long run, the formation of sensitivities, perceptions and insights of the population who is exposed continuously to the reading of these political news. These issues are seen as normative rhetorical constructions and not a menu of reality.